

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.954 - SP (2019/0130201-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
EMBARGANTE : **HUGO ENEAS SALOMONE**
ADVOGADOS : **JOSÉ CARLOS FAGONI BARROS - SP145138**
 : **LAÍS BIANCHIN DA COSTA - SP386363**
EMBARGADO : **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
PROCURADORES : **RODRIGO DE SOUZA PINTO - SP183230**
 : **DANILO DE ARRUDA GUAZELI PAIVA - SP183657**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Hugo Eneas Salamone contra decisão que deu provimento ao recurso especial da Fazenda do Estado de São Paulo a fim de reconhecer a legitimidade da parte recorrida para figurar no polo passivo da execução fiscal (e-STJ, fls. 164-166).

O insurgente alega omissão e obscuridade na decisão embargada.

Afirma que (e-STJ, fls. 169-170):

[...] não há nada no artigo 34, do CTN, que permita concluir pela solidariedade entre o proprietário (registro na matrícula) e o adquirente (comprador) do imóvel.

Conforme se infere do dispositivo, somente um ou outro pode ser considerado contribuinte do imposto. Diante disso, cabe ao Fisco Municipal a investigação do sujeito passivo do tributo, assim considerado aquele que detém capacidade contributiva inerente à sistemática de tributação, nos termos do artigo 145, §1º, da CF, e 142, do CTN.

Se o compromissário comprador tem a posse do imóvel há muito, é ele quem detém o signo presuntivo de riqueza, sobre o qual a tributação incide. Identificado o real possuidor do imóvel, não há razões para manter o vendedor no polo passivo da execução fiscal.

O precedente mencionado na r. decisão agravada, ao contrário, considera que cabe à própria legislação municipal excluir do polo passivo o vendedor constante na matrícula do imóvel, porém desprovido das características de usar, gozar e dispor do imóvel.

[...]

No entanto, não é isso que dispõe o artigo 34, do CTN. A manutenção de ambos no polo passivo da demanda executiva fere frontalmente o sistema tributário nacional, porque presume que tanto o vendedor quanto o comprador são responsáveis pela propriedade.

Sem impugnação da parte contrária.

É o relatório.

Como descrito na decisão embargada, a Primeira Seção deste Superior

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal, no julgamento do Tema 122, vinculado ao Recurso Especial repetitivo n. 1.111.202/SP, de relatoria do Min. Mauro Campbell Marques, firmou entendimento de que tanto o promitente comprador do imóvel quanto seu promitente vendedor são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.

Os embargos de declaração, segundo o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material. De nenhum desses vícios ressente-se o pronunciamento embargado.

Os questionamentos da parte, ao defender o desacerto da solução jurisdicional aplicada, na verdade, revelam sua discordância com o resultado do julgamento. Insurgência dessa natureza deve ser encaminhada por meio da via própria.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator